

INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 04 - MAIO 2024 - INFORMATIVO DO COMITÊ PEIXE | GRUPO URUGUAI

Terceira etapa do Planejamento Estratégico define objetivos e metas estratégicas



O Comitê Peixe realizou no dia 08 de maio, das 13h30 às 17h00, na UNOESC Videira, a reunião que tratou sobre a terceira etapa da elaboração do Planejamento Estratégico. O foco deste encontro foi a construção dos objetivos e planos estratégicos de ação para os próximos 5 anos. Estiveram presentes 17 representantes de 15 organizações-membro integrantes do Comitê Peixe. A elaboração do Planejamento Estratégico é um processo de reflexão de longo prazo e constrói, de forma conjunta, as metas e estratégias para contribuir com as atribuições legais do Comitê em prol da gestão da água no território.

As duas primeiras etapas realizadas possibilitaram um momento para aprofundar os temas, elencar as prioridades, pontuar os desafios e promover uma reflexão sobre as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, internas e externas ao Comitê, e para definir a missão de trabalho e a visão de futuro até o ano de 2029 na bacia hidrográfica. Nesse sentido, a plenária definiu como sua missão “Promover o debate e deliberar ações de forma contínua e participativa para a gestão dos recursos hídricos, visando o desenvolvimento e a sustentabilidade da Bacia do Rio do Peixe”, e como sua visão “Ser referência na articulação de ações para a proteção dos recursos hídricos, na informação e mediação de

conflitos, de forma participativa na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe (até 2029)”. Pautados nessas definições, os participantes da terceira etapa do Planejamento Estratégico, conduzida pelo Técnico de Gestão Ambiental da Entidade Executiva UNC, Msc. em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, Sr. Rafael Leão, tiveram a oportunidade de refletir e discutir sobre os objetivos e os planos estratégicos de ação.

A metodologia adotada consistiu inicialmente na observância, discussão e hierarquização dos 4 objetivos gerais do Plano Estadual de Recursos Hídricos, pautados na melhoria da qualidade e no uso racional de água, no aumento da resiliência frente aos eventos hidrológicos críticos e no fortalecimento da gestão dos recursos hídricos. Levando em consideração a realidade da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, foi unânime a concordância entre os presentes de que o primeiro objetivo a ser perseguido pelo Comitê é o fortalecimento da gestão hídrica na bacia, tendo como foco inicial, a busca pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos. É por meio desse instrumento que é realizado o diagnóstico, o prognóstico e são determinados os planos de ação para conservação, melhoria e preservação da água na bacia.

Ainda em relação aos objetivos, elencou-se que o aumento



Informativo das Águas

da resiliência frente aos eventos hidrológicos críticos também é de suma importância, uma vez que a bacia hidrográfica tem sofrido de forma recorrente com eventos de cheia e também de crise hídrica. Por isso, é fundamental que o Comitê esteja preparado para atuar, não somente durante e após a ocorrência, mas também pensando em estratégias preventivas.

Após a discussão sobre os objetivos, os representantes iniciaram o desenvolvimento do Plano Estratégico de Ação, que consiste na definição, para cada objetivo, das ações, das atividades, do cronograma e das pessoas responsáveis por sua execução e monitoramento. Assim, com base na hierarquização proposta na primeira parte da discussão, o primeiro plano de ação teve foco nas estratégias a serem adotadas para a elaboração do plano de recursos hídricos da bacia. Dentre as atividades elencadas, está a aproximação do Comitê com as associações de municípios e com as próprias organizações que o integram, para demonstrar a necessidade de que seja elaborado o Plano de Bacia e, a partir disso, unir forças para reivindicá-lo junto ao governo estadual.

A partir das definições, o objetivo do grupo agora é colocar em prática o plano de ação e manter reuniões periódicas de

monitoramento da execução das atividades. Nesse sentido, foi acordado que o monitoramento do planejamento estratégico será feito mensalmente, por meio de reuniões da Câmara Técnica para Assuntos Institucionais e Administrativos, e será coordenado pela representante da OAB, Dra. Patrícia Piovesan. Para Patrícia, o planejamento estratégico irá contribuir com a busca pela elaboração do plano de bacia. "Atuando como representante de instituição membro junto ao Comitê Peixe e como monitora do planejamento estratégico, a expectativa é de que possamos avançar nas etapas, aproximar o contato com o governo de Estado e formalizar o Plano de Recursos Hídricos do Comitê Peixe".

Para o Sr. Rafael Leão, responsável por conduzir todo o processo de elaboração do planejamento estratégico, os resultados construídos coletivamente foram muito exitosos. "Durante todo o processo de construção do planejamento estratégico, conseguimos extrair opiniões, delegar funções, compartilhar responsabilidades e assumir compromissos. Agora, mensalmente, temos o compromisso de nos reunir para monitorar as ações estratégicas e detalhar as próximas atividades, seguindo o planejamento", destaca.

Capacitação tratará sobre o papel do Comitê de Bacia nas discussões sobre saneamento

Saneamento Básico:
Conceitos e Atribuições Relacionados aos Comitês de Bacias Hidrográficas

05/06
13h30 às 17h30
+ 2h assíncronas

EVENTO ON LINE

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

COMITÊ PEIXE

PALESTRANTES

Lais Bruna Verona
Engenheira Sanitarista e Ambiental - Me em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - Assessora Técnica da Entidade Executiva Universidade do Contestado - Grupo Uruguai/Oeste

Cristiane Lisboa Giroletti
Engenheira Sanitarista e Ambiental - Dra em Engenharia Ambiental Assessora Técnica da Entidade Executiva Universidade do Contestado - Grupo Uruguai/Oeste

Paulo Roberto Szeligowski Tinel
Químico e Bacharel em Administração, Esp. Engenharia Sanitária e Ambiental Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ

Denis Herisson da Silva
Engenheiro Agrônomo, Esp. Ger. de Recursos Hídricos, Dr em Ciências Secretário Executivo do CBH-PCJ e PCJ Federal



No dia 05 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, o Comitê Peixe promoverá sua primeira capacitação do ano, com o tema "Saneamento básico: conceitos e atribuições relacionadas aos Comitês de Bacias Hidrográficas". A iniciativa está prevista no Plano de Capacitação do Comitê Peixe, resultado da parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Universidade do Contestado e Comitês do Grupo Uruguai/Oeste.

O evento reunirá quatro palestrantes com experiência na temática proposta: Paulo Roberto Szeligowski Tinel, Químico e Bacharel em Administração, Presidente do Conselho

Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ; Denis Herisson da Silva, Engenheiro Agrônomo, Dr. em Ciências e Secretário Executivo do Comitê PCJ (Estadual) e PCJ Federal; Lais Bruna Verona, Engenheira Sanitarista e Ambiental, Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos e Assessora Técnica da Entidade Executiva UNC; e Cristiane Lisboa Giroletti, Engenheira Sanitarista e Ambiental, Doutora em Engenharia Ambiental e também Assessora Técnica da Entidade Executiva UNC.

Com início previsto para às 13h30 e término às 17h30, o evento será bastante dinâmico. As apresentações iniciais irão abordar os principais conceitos sobre saneamento básico e o seu panorama regional, além da contextualização histórica legislativa e normativa sobre o tema no Brasil. Posteriormente, experiências práticas e exitosas da atuação de Comitês de Bacia nas discussões sobre saneamento serão apresentadas, a fim de instigar os representantes das organizações-membro nos debates.

O curso contará ainda com duas horas assíncronas, com conteúdo teórico e avaliação. Os participantes terão direito a certificação de 6 horas. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas por meio do QRCode ou pelo link: <https://forms.gle/EpNKTvg3GTskuaY6>.

Discutir sobre saneamento básico junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas é fundamental para promover a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos. O saneamento adequado é essencial para proteger a qualidade da água, preservar o meio ambiente e promover a saúde pública. Ao abordar questões de saneamento nos Comitês de Bacias, é possível fomentar a integração de políticas e ações relacionadas à água e ao saneamento, envolvendo diversos atores e promovendo o engajamento da sociedade na busca por soluções sustentáveis.

A participação da sociedade no evento "Saneamento básico: conceitos e atribuições relacionados aos Comitês de Bacias Hidrográficas" é essencial para aprofundar os debates acerca dessa temática, indispensável para a preservação dos recursos hídricos.



Comitês encaminham moção de repúdio ao Projeto de Lei 2.918/2021

Os Comitês de Bacias Hidrográficas de Santa Catarina encaminharam uma moção de repúdio contra a aprovação do Projeto de Lei nº 2.918/2021, que retira recursos financeiros para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). O tema foi tratado durante a reunião do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, que contou com a presença do Presidente do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Maurício Marques Scalon; do Gerente de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e do Vinícius Tavares Constante, do coordenador técnico da Entidade vinculada a Universidade do Contestado (UNC), André Leão, e técnicos das demais Entidades Executivas que assessoram os Comitês Catarinenses.

“Irá ocorrer a retirada de recursos destinados aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) de 0,75% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, considerando que a maior parcela desta compensação é distribuída aos municípios. O PL 2.918/2021, prevê a extinção do percentual de 0,75% destinado à implementação da política nacional de recursos hídricos e do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos”, explica o presidente do Comitê Chapecó e Irani, Clenoir Antônio Soares.

Conforme Clenoir, cada Comitê fará uma moção que será encaminhada à Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal. “Foi realizada uma reunião com os presidentes dos CBHs catarinenses e a equipe da SEMAE, com a presença do coordenador Geral do FNCBH, e ficou definido que será elaborada uma moção de cada CBH. Os documentos serão encaminhados para as esferas nacionais, solicitando a não aprovação desse PL”, pontua. “As moções explicam o problema da perda deste percentual em valores e o enfraquecimento da gestão dos recursos hídricos, também solicita que os representantes políticos votem contra a aprovação”, acrescenta.

O presidente do CBH Chapecó e Irani, Clenoir Antônio Soares, assinala que a expectativa dos CBHs é de que, com a sensibilização das esferas políticas, o projeto de lei não seja aprovado. “Os representantes dos CBHs Catarinense e Nacional esperam que sejam entendidas as justificativas e que o projeto de lei não seja aprovado. Atualmente (e há muitos anos) temos problemas com falta de recursos para a gestão dos recursos hídricos e reduzir a receita federal aumenta as dificuldades no segmento”, sublinha.

De acordo com a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHIDRO), o Projeto de Lei nº 2.918/2021, formulado a partir de pleito da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados - AMUSUH junto ao Congresso Nacional, propõe, dentre outras alterações, a aglutinação do percentual de 0,75% destinado à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos - SINGREH, ao percentual de 6,25%



destinados aos Estados e Municípios, retirando a vinculação daquele percentual à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. Dessa forma, a parcela ora destinada à Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) deixa de existir, sendo redistribuída a somente 727 municípios atualmente beneficiados pela Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). A distribuição praticada atualmente beneficia a totalidade dos municípios brasileiros (5.570), a partir da efetiva aplicação dos recursos, como receitas vinculadas, para a adequada implementação da PNRH e do um SINGREH. Esse pequeno percentual de 0,75% tem sido empregado em prioridades estabelecidas pelo SINGREH com o suporte financeiro aos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos dos estados, bem como à implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos do País.

Conforme a ABRHIDRO, o PL 2.918/21, em tramitação, e atualmente na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, enfraquece a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com reflexos significativos sobre a atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, podendo trazer impactos negativos na capacidade de execução das ações para a gestão de recursos hídricos nos governos estaduais.



Retificado o edital das Assembleias Setoriais Públicas

O Comitê Peixe apresenta a publicação da Retificação do Edital 01/2024 que trata da Assembleia Setorial Pública (ASP) para renovação da composição do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Bacias Contíguas - Mandato 2024-2028.

A retificação do Edital altera especificamente o item 6.5, que trata sobre a seleção das organizações em Assembleias Setoriais Públicas, e também os anexos 1, 2 e 3. O restante do edital permanece inalterado.

As inscrições ficarão abertas no período de 17 de abril a 10 de julho de 2024. As organizações, órgãos ou entidades interessadas em habilitar-se para concorrer a uma vaga no Comitê Peixe, deverão inscrever-se exclusivamente pelo e-mail "comite.peixe@gmail.com", mediante o envio dos documentos indicados no edital, digitalizados em formato PDF. A habilitação para participação nas ASPs é condicionada ao recebimento, no

prazo previsto, e análise pela Secretaria Executiva do Comitê de todos os documentos.

A Presidência e a Secretaria Executiva do Comitê reforçam o convite para que as entidades com interesse na gestão dos recursos hídricos da Bacia participem desta seleção. Da mesma forma que em 2020, as ASPs do Comitê Peixe devem ocorrer de forma transparente e criteriosa, sendo garantida a lisura do processo.

As ASPs legitimam a representatividade do Comitê em todas as esferas, dando sustentação às ações e deliberações tomadas pela plenária. A participação dos segmentos Usuários da Água, População da Bacia e Órgãos da Administração Federal e Estadual é imprescindível para que o Comitê continue atuando com força e vigor nas ações relacionadas à gestão dos recursos hídricos e nas atividades educativas, que fomentam a preservação da água e de todos os recursos naturais.

ASSEMBLEIAS SETORIAIS PÚBLICAS

INSCRIÇÕES ABERTAS

EDITAL RETIFICADO

COMITÊ PEIXE

PERÍODO DE INSCRIÇÃO:
17/04/24 a 10/07/24

URUGUAI UNC fapesc SEMAE

